

US\$ 600 milhões, o prejuízo do Brasil com a prorrogação

- 1 DEZ 1995

ELIANE GAMAL
Especial para O ESTADO

NOVA YORK — US\$ 600 milhões. Este foi o preço pago pelo Brasil por não ter renegociado a dívida externa brasileira junto aos 700 bancos estrangeiros privados este ano. Com isso, continua pagando um **spread** (taxa de risco) bem mais alto do que os outros países devedores, como México, Argentina e Chile, cujas dívidas externas já foram renegociadas por prazos substancialmente mais longos e com taxas de juros mais "saúdáveis".

Com isso, neste ano o Brasil já prorrogou por duas vezes a renegociação da dívida, e está caminhando para um novo pedido de prorrogação — que pode variar de seis meses a dois anos —, conforme anunciou há alguns dias, em Washington, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Para formalizar essa proposta, no próximo dia 9 chegará a Nova York o presidente do Banco Central, Fernando Bracher — porta-voz do governo brasileiro para assuntos econômicos junto aos banqueiros —, que terá uma série de encontros com os membros do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira.

O Brasil vem propor outra prorrogação no acordo que expira no dia 17 de janeiro. Entretanto, nem o ministro Funaro, ou mesmo seus antecessores, explicaram até agora o motivo (e, mais do que isso, a vantagem) de o Brasil rolar a sua dívida por mais dois anos, ao invés de negociá-la, como fizeram a Argentina e o México. Ao contrário, a cada prorrogação, seguem-se os comunicados oficiais conjuntos do governo brasileiros e bancos privados, que são anunciados como se fossem vitórias nacionais.

Na verdade, as prorrogações só trazem lucros para os credores e isto é facilmente comprovado através de uma aritmética muito simples. Ou seja, o Brasil paga em seus empréstimos tomados junto aos banqueiros internacionais as seguintes taxas: Libor, mais 2 1/4% de **spread**, ou **prime rate** mais 1 1/2. É unânime a opinião da Comunidade Financeira Internacional de que o Brasil estaria pagando hoje o mesmo **spread** que México, Argentina ou Chile, ou até mesmo taxas de risco inferiores.

Vale a pena lembrar que Pastor estava convencendo os banqueiros em aceitar um **spread** de 7/8 e que Antônio Carlos Lemgruber — durante seus contatos com os banqueiros estrangeiros — afirmava que o acordo já estava praticamente fechado baseado nas condições propostas pelo seu antecessor.

Com isso, o Brasil por não ter concluído o acordo que renegocia aproximadamente US\$ 45 bilhões pagou por este atraso a soma de US\$

600 milhões — quantia que poderia ser canalizada para ajudar a solucionar alguns problemas econômicos internos — enquanto os outros países devedores pagam em média Prime mais 1 ou Libor mais 1 1/4. Isto porque o México renegociou sua dívida pela Libor mais 1 1/2. O Chile conseguiu 1 3/8 e a Argentina, 1 acima da Libor, enquanto o Brasil está pagando 1 a mais do que os outros devedores.

"GENEROSO"

Por tudo isso, não se justifica a pressão da comunidade financeira internacional com créditos a receber do Comind e Auxiliar, uma vez que o Brasil já está sendo bastante "generoso" em pagar as taxas do débito não renegociado. Os credores estão reclamando de ter perdido dinheiro no Brasil através das operações lastreadas pela Resolução 63 (empréstimos feitos pelo Comind e Auxiliar no Exterior e repassados internamente). Mas, na verdade, são 130 milhões de brasileiros que deveriam protestar por estar pagando uma cifra monstruosa — decorrente da incapacidade do próprio governo em renegociar a sua dívida, demonstrando também que não é somente a iniciativa privada nacional (Comind, Auxiliar e Maissonave) que não sabe gerir seus negócios.

— O Brasil está perdendo dinheiro por sua incompetência — afirmou uma fonte americana familiarizada ao problema da dívida externa da América Latina, enfatizando a questão das prorrogações e o pagamento de **spreads** mais altos. Porém, ainda segundo esta mesma fonte, estas prorrogações acabam parecendo vantajosas ao Brasil.

Aliás, esta sempre foi a forma de as autoridades econômicas brasileiras apresentarem à Nação o resultado de suas negociações com os banqueiros estrangeiros. Há poucos meses, quando Antonio Carlos Lemgruber encontrou-se com os jornalistas brasileiros na sede do Banco do Brasil, em Nova York — para comunicar a prorrogação do acordo da fase 2 da dívida externa brasileira até o dia 17 de janeiro —, uma das questões levantadas referia-se à possibilidade de o Brasil estar tendo prejuízos pela não conclusão de uma renegociação a longo prazo. Nesta ocasião, Lemgruber foi veemente em anular qualquer hipótese de o País estar perdendo dinheiro por causa da protelação da renegociação da dívida.

E, pelo jeito, os sucessores de Francisco Dornelles e Antonio Carlos Lemgruber compartilham desta mesma teoria, pois pretendem apresentar os brasileiros neste final de ano com mais uma prorrogação, que provavelmente significará continuação do pagamento de altas taxas de risco e dispêndio de outros milhões de dólares.